

Carlos Antonio dos Reis – Aspectos de memória e escrita da História em Manuel Querino – (FHDSS-UNESP-pós-graduando)*

TEXTO INTEGRAL

Ao considerarmos as discussões ocorridas nas últimas décadas na historiografia que se refere ao estudo das identidades – sejam elas de grupos, gênero, nações, etnias, etc. –, bem como também às possibilidades de diálogo entre os campos da memória e da história acentuadas no Brasil por volta da década de 1980, podemos apontar alguns caminhos para uma maior compreensão das questões que o baiano Manuel Querino levantou ao tratar do lugar destinado à raça negra – por mais controverso que o termo raça seja quando relacionada aos homens – em sua inserção/exclusão na construção e nas representações de uma identidade nacional na virada do século XIX para o XX no Brasil.

Ao propor uma revisão da forma pejorativa com que o negro era representado por muitos intelectuais do período, Querino voltou-se para suas origens africanas, filho de ex-escravos que era, recorrendo ao estudo das memórias e da oralidade dos velhos das comunidades negras da Bahia – comunidades que Nina Rodrigues anteriormente entendera como sendo “os últimos africanos do Brasil” – para escrever sua história. Ou seja, diante da possibilidade de desaparecimento dos negros da nação, quer pela diminuição do fluxo de escravos trazidos para o Brasil desde meados do século; ou, principalmente, pelo intencional “apagamento” deste elemento da cultura nacional em nome de um almejado branqueamento da população em vias do progresso; Querino dedicou-se aos seus estudos como forma não só de reverter uma imagem do negro identificado à barbárie e ao atraso, mas também, como meio de impedir o esquecimento da importância que as manifestações culturais africanas tiveram, e ainda tinham, para a formação da nacionalidade.

A escrita da história em Querino pode ser, em certa medida, comparada à idéia de história presente em Heródoto. Pois como afirma Jeanne M. Gagnebin (1992:19), o que Heródoto pretendia com sua história era “salvar o memorável, resgatar o passado do esquecimento, buscando nas palavras das testemunhas a lembrança das obras humanas”. Nesse sentido, os ideais e os meios de ambos aproximam-se, uma vez que Querino parte do seu presente, do que lhe é perceptível e contemporâneo, de relatos de pessoas que ele vira e de coisas que elas viram ou ouviram falar, de memórias transmitidas pela oralidade de seus antepassados. Assim como em Heródoto, não há na narrativa de Querino um tempo mítico como o de Homero, os fatos são datados e remetem ao Brasil colonial, ou seja, há um tempo próximo

* Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

e não mitológico. Muitos relatos se referiam aos quilombos, em especial há Palmares; a revolta dos Malês (1835) e a participação dos negros baianos na campanha do Paraguai (1870). Querino como Heródoto, não despreza a capacidade da memória em serviço do seu discurso – como fizera Tucídedes –, ao contrário se vale dela, através das lembranças de negros, escravos ou libertos, para “resgatar as obras” do africano no Brasil.

Querino recebeu muitas críticas por recorrer ao uso de memórias e da oralidade em suas pesquisas, pois estas eram entendidas como destituídas de um caráter científico. Críticas que contribuíram para um certo descrédito do seu trabalho e de seu papel na intelectualidade do período, sendo muitas vezes considerado como um intelectual menor, apenas um curioso dos assuntos do negro na Bahia.¹

Aliás, essa desconfiança de parte da historiografia em relação à memória vem desde Tucídedes, para quem a memória não passava de um engodo incapaz de conferir alguma autenticidade aos relatos históricos (GAGNEBIN, 1992:20-1). Contudo, foi com o historicismo do século XIX, que visava uma reconstrução do passado tal como ele ocorrera, e com o ideal positivista da produção de um conhecimento objetivo – pretensamente neutro –, inclusive um conhecimento imparcial e total da história, que esse trato desdenhoso para com a memória – pelo menos com um certo tipo de memória – enquanto fonte para a produção historiográfica, em detrimento de outras – de preferência escritas e oficiais –, se intensificou. A memória, portanto, não serviria a esse projeto de uma história objetiva, pois nos chega de forma fragmentária, lacunar, seletiva e carregada de subjetividades.

Interessantes, nesse sentido, as discussões presentes em Jacy Seixas (2001; 2002) nas quais analisa as especificidades da memória, ou melhor como a historiadora mesmo defende, de uma memória plural. Tem-se, a partir de suas reflexões, apoiadas em pensadores como Bergson e Proust, a noção de uma memória múltipla (tanto em seus tempos, seus espaços e suas manifestações), categorizada como voluntária ou involuntária. A memória voluntária atua de maneira mecânica, pelo simples hábito de uma captura intelectual, apresentando do passado apenas a superficialidade de fatos e de imagens de forma corriqueira e repetitiva, sem atingir sua plenitude enquanto memória. Seria, portanto, uma memória menor se comparada à outra, involuntária. Esta, por sua vez, surge de modo espontâneo, *irrompe* e dura o tempo de um instante; é uma memória plena, posto que capaz de preencher as lacunas presentes na memória voluntária, os espaços em branco, os “rostos vazios”, fornecendo uma atualização mais íntegra

¹ Na tentativa de escapar a essas críticas e de conferir maior legitimidade às suas pesquisas e ao seu discurso Querino buscou se apoiar também em alguns historiadores e literatos do século XIX. Dentre algumas de suas referências, além do próprio Nina Rodrigues, encontramos nomes como Oliveira Martins, Oliveira Lima, Rocha Pombo, Rocha Pitta, Joaquim Manoel de Macedo e Castro Alves. Contudo, por nem sempre apresentar as referências e citações completas foi, algumas vezes, acusado de plágio.

do passado. É o campo onde o afetivo e o sensível (afetos, sensações, gostos, sabores, odores) se mostram mais atuantes, daí a preferência pela memória voluntária por parte daqueles que buscam uma ciência histórica.

A se pensar a memória como algo amplamente permeado de subjetividades e que parte de escolhas individuais ou coletivas, efetuadas do presente, como propõe Jacy Seixas, a tentativa da produção de um conhecimento histórico objetivo e neutro, que se apóia na memória voluntária, se perde. Nesse caminho, mostra-se extremamente feliz a seguinte passagem presente no texto que versa sobre a relação memória-história-esquecimento de Márcio Seligmann-Silva, em que o autor põe em cheque a falácia da totalidade, da objetividade e da neutralidade do conhecimento histórico:

[...] em relação à questão da historicização isso significa, que para nós, uma espécie de distanciamento puramente científico do passado, ou seja, uma passagem do reino do conhecimento fortemente influenciado pela memória pessoal, para aquele de uma espécie de história “imparcial”, permanece na minha opinião, uma ilusão epistemológica e psicológica. (FRIEDLÄNDER apud SELIGMANN-SILVA, 2003:73)

Seligmann-Silva, além de refutar a idéia de objetividade na história, nega qualquer possibilidade de representação total do passado, já que para este autor não existe um processo de tradução do ocorrido sem a interferência da imaginação e da interpretação do historiador (2003:64), e ainda para este autor, toda escritura do passado é no máximo uma (re)inscrição, uma apresentação e não uma representação do passado, pois o historiador parte sempre do presente e este nunca é desinteressado do seu tema.² Assim sendo, voltamos a Manuel Querino para afirmar que esse, ao escolher seu objeto (o negro) e seus métodos de pesquisa (memória + oralidade), estava profundamente imbuído de um interesse “político”, qual seja, resgatar e preservar as memórias dos africanos no Brasil em contrapartida aos processos de inferiorização e de esquecimento/anulamento das mesmas, processo que Michael Pollak (1989:09) denominou “enquadramento da memória”.

Ao propor o conceito de memória enquadrada, Pollak tem como horizonte o trabalho que os historiadores do século XIX, notadamente um momento privilegiado para se pensar a Nação, e, por conseguinte a memória nacional, fizeram no sentido de eleger as memórias que serviam ou não para a constituição da mesma. O autor chama a atenção para a atuação da memória como um fenômeno de caráter construtivo que seleciona e organiza, através das disputas internas entre memórias de grupos ou indivíduos de interesses diversos em conflito social, a memória nacional e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992:204-7).

² Essa postura crítica em relação à perspectiva historiográfica de caráter historicista e positivista que pregava um conhecimento histórico total e objetivo já podia ser observada em pensadores como: Nietzsche, Bergson, Proust, Halbwachs e Walter Benjamin, por exemplo.

Se a memória é seletiva, e cabe ao historiador partindo do seu presente selecionar o que deve ser lembrado ou ao contrário esquecido e “enquadrado”, como fica a situação das memórias preteridas nesse processo de (re)atualização do passado? Seguindo Pollak, estas memórias se inserem na construção de uma memória coletiva de modo “subterrâneo”, e por sua vez se estruturam nas memórias daqueles grupos excluídos, marginalizados, minoritários e dominados da memória nacional e “oficial” do Estado (1989:04). Todavia estas memórias subterrâneas não permanecem caladas, se articulam internamente manifestando-se em momentos em que ocorre a percepção de algum tipo de crise. E, segundo Pollak, é através da história oral que estas memórias subterrâneas conseguem se aflorar.

Esse quadro de conflito entre “memórias” descrito por Pollak assemelha-se muito à idéia de “guerra de memórias” da qual nos fala Pierre Ansart (2001:32). Para Ansart a memória passa por querelas e conflitos nos quais o objetivo é uma (res)significação e uma revisão de certos acontecimentos em favor dos grupos que a evocam. Ansart incorpora à análise dessas revisões de memórias outro aspecto, o papel dos ressentimentos, já que entende que a memória opera no campo do sensível.

Partindo dessas indicações de Pollak e de Ansart, e tendo em mente também que toda tentativa de rememorar fatos do passado liga-se a uma intenção que parte do presente interessada em agir sobre este, como nos lembra Jacy Seixas,³ podemos traçar uma análise de Manuel Querino em sua atuação para combater a “tentação do esquecimento” do negro, considerando-o como uma espécie de articulador das memórias negras “enquadradas” naquele momento. Ele se voltou para aquelas como meio de combater o que considerava um perigo no seu presente e de reivindicar uma mudança nos espaços sociais e simbólicos destinados ao negro.

Ao recorrer às memórias dos velhos negros das comunidades de candomblé e de casas de culto afro de Salvador – estas entendidas como “lugares de memória” de que fala Pierre Nora – Querino visava combater certas representações que historicamente se construíram dos negros e que naquele momento, marcadamente acentuado pela busca de uma nacionalidade brasileira, percebia como predominantes numa tendência de diminuição da importância do povo negro como critério para modernizar o país através de projetos “civilizatórios” e higienistas que (des)qualificavam e colocavam estas camadas da população à margem da sociedade republicana que se formava. Como ele mesmo se manifestou:

³ Segundo Seixas: “[...] Toda memória é fundamentalmente ‘criação do passado’: uma reconstrução engajada do passado (muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados) e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstróem sua identidade, inserindo-se assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao relacionamento.” (2001:42, aspas da autora)

E aproveitando o ensejo, deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso com que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas. (QUERINO, 1988:22-3)

Essas representações depreciativas do negro, sendo construções históricas, remetem, em certa medida, àquilo que Ansart apontou em seu texto sobre a experiência da contínua humilhação e sua rememoração e com esta, a transformação de sentimentos como o ódio, o ciúme, a inveja e o desejo de vingança em ressentimentos que culminam em práticas sociais e políticas. Segundo Ansart (2001:22), a humilhação não se limita apenas a uma situação de inferioridade, vai além e traz em si a sensação do amor próprio ferido, da negação de si e de sua auto-estima o que desembocaria num desejo de vingança quando da sublevação do elemento inferiorizado.

Não me parece que a experiência de humilhação a que o negro escravizado fora submetido por séculos no Brasil tenha levado ao desejo de vingança descrito por Ansart, pelo menos não na narrativa histórica escrita por Manuel Querino. No autor o tom é outro, o caminho a que a experiência da humilhação negra leva não é o desse ressentimento. Querino defende que o negro, mesmo humilhado pela escravidão, em momento algum se voltara numa espécie de revanchismo contra o branco, “bem ao contrário, o seu objetivo foi escapar à tirania e viver em liberdade, nas mais legítimas aspirações do homem” (QUERINO, 1918:118). Todas as suas atitudes, como exemplo as revoltas de escravos, seriam, portanto, não a canalização de um ódio contra o branco, mas sim, uma expressão do seu “amor pela liberdade”, herdado da memória de seus antepassados quando ainda em liberdade na África e do desejo de tornarem-se livres novamente.

Querino não relaciona a atuação dos negros a nenhum tipo de ressentimento, como o ódio ou o rancor, se assim o fizesse, penso, de alguma forma corroboraria com a pecha de boçal e incivilizado que ele tentava desvincular da imagem do negro. Se em algum momento percebe-se algum tipo de ressentimento na narrativa histórica de Querino, este sem dúvida está na sua decepção com a República brasileira, que em seu entendimento não atendera as expectativas criadas em torno de uma democratização e maior participação do povo nos projetos de modernização do país.

As esperanças de Querino quanto ao regime democrático se aproximam daquela visão dos apologistas da democracia enquanto um espaço ideal para a gestão dos ressentimentos, espaço em que “o diálogo democrático teria como consequência permitir a expressão das hostilidades e, portanto, sua transformação em reivindicações racionalizadas e o seu abrandamento pela tomada de consciência das oposições de interesses”, tornando os brasileiros,

sobretudo aqueles das camadas menos favorecidas, “seres mais responsáveis por si próprios e membros ativos de uma sociedade participativa” (ANSART, 2001:23). Todavia, como nos lembra Ansart (2001:24-6) ao citar Freud, tal tipologia da democracia só opera num campo ideal e ilusório e, por mais que a democracia se mostre como um espaço privilegiado para a expressão dos ressentimentos, na prática, não existe uma erradicação completa da memória destes.

A democracia opera então, seguindo o raciocínio de Ansart, como o regime político que melhor “ouve” os ecos dos ressentimentos e lhes dá certo direito à sua expressão, através das leis, discussões, concessões e manifestações públicas (2001:28). Desta maneira, podemos afirmar que Manuel Querino encontrou na República um certo espaço para tecer suas críticas em seu fazer histórico e explicitar

[...] a sua inquietação ao compreender que tudo o que assistia e experimentava fazia parte de uma política que visava o desmoroamento moral, político e cultural da sociedade, cujos principais alvos eram os pobres, os negros, o povo em geral... Querino marcou a sua presença afirmando a existência de uma sociedade que pouco a pouco se tornava marginal nos planos da civilização e do progresso.

Buscou na culinária, na música, nas artes, na religiosidade, nas festas, aspectos que enobreciam a cultura da população baiana, a partir do resgate das tradições coloniais que se imbricavam nas matrizes européias e africanas. Nesse aspecto, procurou afirmar que independente da política da eugenia que se pretendia incorporar à Bahia civilizada, havia elementos indestrutíveis presentes na alma do povo. E a partir da recuperação da memória, da oralidade de africanos remanescentes, de afro-brasileiros, afrontou intelectuais, médicos, políticos, autoridades. (LEAL, 2004:322)

Segue uma das críticas que Querino desferiu contra a República, onde fica claro seu ressentimento quanto às mudanças trazidas por esse regime

Incontestavelmente, o novo regime rasgou novos horizontes, aumentou a riqueza, o território, liquidou pendências seculares; mas, em compensação, deu-nos uma instrução pedantesca, extorquiou-nos a segurança individual, abateu-nos o caráter, elevou a intolerância a um princípio, e, o que é mais, destruiu a estabilidade das convicções, com o desrespeito a tudo. (QUERINO, 1955b:210)

Logo, o ressentimento em sua obra é por vezes menos racial do que político. O que Querino pretendia era criticar os caminhos que o país, e principalmente a Bahia, ia tomando em sua época. Se a ordem era civilizar-se para progredir, isso passava diretamente pelo esquecimento daqueles que não acompanhavam, ou melhor, não serviam para acompanhar uma modernização incipiente projetada para poucos. A se encarar dessa forma, a escrita da história em Manuel Querino visa combater o esquecimento e a denegação do negro, que segundo suas palavras, “a extinguir-se deixará imorredouras provas de seu valor incontestável que a justiça da

história a de respeitar e bendizer, pelos inestimáveis serviços que nos prestou, no período de mais de três séculos. (QUERINO, 1918:123)

Ao buscar os rastros e as lembranças da cultura africana na Bahia, Manuel Querino se empenhou numa luta de dimensões ética e política contra a omissão e o silêncio daqueles que dirigiam o Brasil e daqueles que pensavam o povo brasileiro. Luta que, como nos mostra Jeanne Marie Gagnebin (1998:218), “inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente”. Dessa forma sua escrita ao privilegiar a memória como uma das fontes essenciais, acaba por reconhecer a força do seu contrário, o esquecimento, uma vez que reconhecer a importância deste implica em reconhecer o “poder da morte” (GAGNEBIN, 1998:19).

Ao escrever a biografia de Manuel Querino, Maria G. Leal percebe essa forte presença da memória e da oralidade em sua obra e entende a sua narrativa como sendo a de um “sujeito-autor”, que compartilha das lembranças e das aflições do seu objeto de estudo, mesmo até por ser descendente direto de africanos, o que acaba por permear sua escrita com um tom de saudosismo e de pertencimento que se perde nas entrelinhas de seu texto (LEAL, 2004:329), corroborando para a impossibilidade de uma pretensa neutralidade numa relação entre o pesquisador e seu objeto de análise. Como nas palavras de Pollak,

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. (1992:205, grifos do autor)

Quanto à oralidade, que para Pollak é o espaço em que essas memórias marginalizadas operam, constitui-se em um dos principais métodos da pesquisa de Querino, através do testemunho de

velhos e respeitáveis e que nô-la (sic) deram sem reversas nem subterfúgios, porque em nós estas pessoas não viam mais do que um amigo de sua raça, ou quem, com sua sincera simpatia respeitou e soube fazer justiça à gente que o cativo aviltou, insultou e perseguiu, mas que não logrou jamais alterar-lhe as qualidades inatas, afetivas. (QUERINO, 1955a:22-3)

Portanto, a oralidade, apesar de ter sido negada por parte da historiografia que tentava limitar as fontes de pesquisa ao privilegiar aquelas oficiais que levariam a uma “verdade neutra” (SELIGMANN-SILVA, 2003:66-7), tornou-se fundamental para Querino, já que este partia de testemunhos de membros de comunidades sem escrita, ligando relatos e depoimentos, de modo algum imparciais, pois carregados de subjetividades e emoções, numa tentativa *interessada* de reatualizar a memória coletiva através da escrita da história, tanto social quanto política, do negro em seu pertencimento aos quadros de uma identidade nacional. Como exemplo da

importância da oralidade para o autor, segue um trecho em que Querino comenta a presença de um de seus entrevistados

Bem poucos se recordarão, hoje, do velho sapateiro, cuja memória prodigiosa causava verdadeira admiração. Quem com ele conversava por algum tempo tinha logo a idéia de que não tratava com um analfabeto, e, no entanto, Marcelino não sabia ler; e tão bem usava dela, sem afetação, que facilmente iludia. (QUERINO, 1955a:210)

O papel de Manuel Querino permanece pouco delimitado junto à intelectualidade brasileira. Alguns o consideraram como uma espécie de etnógrafo prático, já que não possuía a formação científica necessária para ser considerado um antropólogo ou etnólogo, outros o denominaram como folclorista. O que fica é que sua obra forneceu um grande repositório das memórias e das tradições do negro na Bahia da virada do século XIX para o XX. Como na alegoria de Walter Benjamin, citada por Seligmann-Silva (1998:77), a atuação intelectual de Querino pode ser comparada ao do catador de trapos que deve “salvar os cacos do passado sem distinguir os mais valiosos dos aparentemente sem valor” em sua “capacidade de reordenação salvadora desses materiais abandonados pela humanidade carregada pelo ‘progresso’ no seu caminhar cego”.

Porém, tal tarefa deve ser encarada não apenas como um mero exercício de um colecionador de memórias ou algo parecido, é preciso não perder de vista que “lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror” (GAGNEBIN, 1998:221). As memórias da escravidão são constantemente evocadas para legitimar ressentimentos e reivindicações em torno das reparações de comunidades de ex-quilombolas, descendentes de escravos e, na última década, da adoção de cotas raciais nas universidades públicas, por exemplo. O que demonstra que os preconceitos que Querino denunciava em sua época de alguma forma cristalizaram-se e continuam latentes em nossa época, daí a importância de percebermos que a memória é um campo que implica obrigatoriamente em ação no presente e seus fins são eminentemente políticos, como ilustra o seguinte trecho de um convite a uma exposição⁴ sobre memórias negras realizada em 2003

... não podemos nos dar ao luxo de esquecer, perder de vista a nossa memória, por mais pequenina ou insignificante que seja, por isso **nossa memória será sempre um forma de costurar nossa história**. E sabem por quê? Porque destituíram os negros de sua própria identidade, torturaram o seu corpo e aniquilaram o patrimônio de sua cultura sagrada nos templos da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro.

⁴ Exposição *Negras memórias: o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança d escravidão*, apresentada pelo SESI-SP (Serviço Social da Indústria) de 25 de fevereiro a 29 de junho de 2003.

O que queremos, ao resgatar as negras memórias de nossa história...? Queremos resgatar entre os negros uma certa auto-estima e uma imagem que nos sirva de padrão de orgulho para nossos heróis, que pretendemos nos sejam devolvidos em carne e osso, em sangue e espírito, como pessoas reais que puderam até alçar-se à condição de mito, mas não mais como lendas perdidas numa nebulosa história. Precisamos ter orgulho dos feitos dos nossos homens e mulheres, que a despeito do estigma herdado da escravidão, marcaram seu lugar na nossa história... Queremos que os nossos sejam reconhecidos.

Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial. (ARAÚJO, 2004:243-250, grifos nossos)

Referências Bibliográficas.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. (Trad.) In: BRESCIANI, M. Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p.15-36.

ARAÚJO, Emanuel. Negras memórias, memórias negras. In: *Estudos Avançados*, Vol. 18, n. 50, jan./abril de 2004. p. 242-50.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. O início da história e as lágrimas de Tucídedes. In: *Margem*, n.1, março/92. p.9-28.

_____. Verdade e memória do passado. In: *Projeto História: Trabalhos da memória*. São Paulo: PUC, n. 17, novembro/98. p.213-21.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. 2004. *Manuel Querino entre letras e lutas - Bahia: 1851-1923*. 425f., Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol .5, n. 10, 1992. p. 200-12.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol .2, n. 3, 1989. p3-15.

QUERINO, Manuel. (1916) *A Bahia de outrora: vultos e festas populares*. Pref. e notas de Frederico Edelweiss. Salvador: Progresso, 1955a.

_____. (1918) O colono preto como fator da civilização brasileira In: *Afro-Ásia*, n. 13, 1980.

_____. (1916) *A raça africana e os seus costumes na Bahia*. Salvador: Livraria Progresso, 1955b.

_____. (1938) *Os costumes africanos no Brasil*. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana, 1988.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, M. Stella & BREPOHL, Marion (Orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p.59-77.

_____. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p.37-58.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: *História, memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p.59-90.